

O PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DE ÁREAS RURAIS POR TERRAS URBANAS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP

Elias Oliveira Noronha¹
Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol²

¹ Aluno do 3º Ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT – Unesp, Campus de Presidente Prudente-SP. Membro do Gedra – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária -. End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19060-900. Caixa Postal: 467. Presidente Prudente/SP. E-mail: eliasoliveiranoronha@bol.com.br

² Docente dos Cursos de Graduação e de Pós Graduação em Geografia da FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP. Coordenadora do Gedra – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária. End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19060-900. Caixa Postal: 467. Presidente Prudente/SP. E-mail: hspanhol@stetnet.com.br

Palavras-chave: relação campo-cidade, áreas rurais e áreas urbanas

Área do Conhecimento: Ciências Humanas – Geografia

Introdução

A partir da segunda metade do século XX, em especial a partir da década de 1970, intensificaram-se as mudanças em curso na sociedade brasileira. A coexistência do processo de avanço do capitalismo no campo e da urbanização dos grandes centros, como também o acelerado crescimento populacional, são algumas das mudanças que configuraram além de novos processos, uma nova dinâmica da produção, do consumo e das relações entre as pessoas e os espaços. Assim, novas mudanças se processaram, implicando em novas relações campo-cidade, em modificações na estrutura da família rural, no desenvolvimento e crescimento das atividades e rendas não agrícolas por parte destas famílias e na emergência e expansão da pluriatividade rural. Nesse sentido, o presente artigo se encontra dividido em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira, procuraremos realizar alguns apontamentos à respeito da contribuição de autores que analisaram as novas relações entre a cidade e o campo. Na segunda parte, realizaremos uma análise do processo de incorporação das áreas rurais pelas áreas urbanas e as implicações desse processo, no caso do Município de Presidente Prudente, localizado no sudoeste do Estado de São Paulo.

AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

As relações campo-cidade constituem-se num dos principais pontos norteadores dos estudos acadêmicos de várias ciências, tais como da Geografia, da Sociologia Rural e da Economia, cujas relações de trabalho, classes sociais distintas e espaços interdependentes se configuram.

Dentre as principais mudanças em curso na sociedade capitalista atual, podemos dimensionar que as transformações ocorridas, sobretudo no campo, favoreceram ainda mais os estudos acerca do limite entre o urbano e o rural e entre o campo e a cidade.

Graziano da Silva (1999) ao analisar as contribuições teóricas de autores clássicos como Marx e Weber sobre o corte urbano/rural verificou que para eles existiam duas realidades sociais distintas. A primeira - sociedade urbana - se encontrando em ascensão e a segunda - sociedade rural - em declínio.

Nesse sentido, Andrade (1995) destaca que até meados do século XX havia, ao mesmo tempo, uma grande diferença e distância entre o que caracterizava o espaço urbano e o espaço rural. E, que a partir do momento, em que o primeiro passou a absorver novas técnicas e instrumentos, as diferenças se intensificaram, surgindo desta forma “a idéia de que o camponês era um conservador, isolado da evolução da sociedade...” (ANDRADE, 1995, p. 6).

Andrade (1995) enfatiza que um aspecto bastante nítido neste processo de incorporação do campo pelas áreas urbanas é a formação de enclaves urbanos no meio rural, sobretudo, aqueles criadas pelas classes mais favorecidas em busca de segurança e melhor qualidade de vida. Podemos destacar a inserção de sítios e chácaras que passam a funcionar como moradias de segunda residência.

Andrade (1995) ainda nos lembra que foi a partir do desenvolvimento dos estudos da Geografia Agrária, que o geógrafo passou a compreender, que no âmbito da exploração produtiva no meio rural, não somente existia as atividades ligadas à agricultura, mas também atividades ligadas ao setor industrial, comercial e de

lazer, sendo este último, a partir dos anos 1950. Para o referido autor,

Ao mesmo tempo em que o urbano se expande no meio rural, este se estende também na periferia das cidades, passando a formar grandes arruados, conjunto de casebres para pessoas de baixa renda, em áreas em que subsistem algumas atividades agrícolas, beneficiadas com a proximidade do mercado urbano. Estas, porém, vão sendo paulatinamente destruídas face à pressão urbana e a elevação do preço do solo (ANDRADE, 1995, p. 10).

No que se refere às mudanças espaciais, Maia (2001) enfatiza que tais mudanças estariam diretamente relacionadas ao processo de expansão da urbanização e que “os espaços *naturais*, bem como os *espaços rurais*, se tornam cada vez mais raros” (MAIA, 2001, p. 215, grifo da autora).

A referida autora ainda destaca que a tendência deste espaço, cuja principal característica consiste na ocupação de pequenas propriedades, é a incorporação de atividades com caráter comercial, que de certa forma estariam “sujeitas a lógica expressa no uso e valorização do solo urbano: a da acumulação do capital” (MAIA, 2001, p. 216).

Diante desta realidade apresentada na cidade de João Pessoa, Maia (2001) destaca que, embora o espaço rural do município esteja sendo incorporado pelo tecido urbano, o mesmo não pode ser considerado extinto.

Em referência ao intenso processo de urbanização ocorrido nas cidades industriais, Souza e Almeida (2003) destacam que o mesmo se encontra em um verdadeiro colapso. Uma explicação a este aspecto consiste no fato de que as cidades não crescem como esperam seus planejadores e que as evidências deste colapso se operam nos mais diversos aspectos, como o crescimento da pobreza, da insegurança, do desemprego, da violência e da degradação do meio ambiente.

No que se refere somente às mudanças espaciais, sobretudo pelo processo de incorporação do campo pela cidade, podemos destacar a formação do espaço periurbano. Segundo Schneider

(1999), o espaço periurbano está diretamente relacionado ao crescente processo de industrialização e urbanização ocorrido em algumas áreas na segunda metade do século XX.

Em seu estudo realizado nas Microrregiões do Vale dos Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari no Estado do Rio Grande do Sul, Schneider (1999) concluiu que a articulação entre a industrialização difusa do setor coureiro-calçadista e a organização do trabalho familiar, significou alterações tanto econômicas e sociais, - alterações na organização, estrutura e relações de trabalho - como na formação de um novo espaço denominado de periurbano.

Nesse sentido, a formação de um processo de periurbanização em virtude da expansão de rendas não agrícolas através da industrialização difusa e do trabalho familiar em atividades tipicamente urbanas, criou e estabeleceu do ponto de vista espacial, um *continuum* entre o espaço urbano e rural.

Para Schneider (1999), o surgimento deste espaço, contextualiza a separação clássica entre a cidade e o campo. Isso porque, “a área periurbana apresenta-se como um espaço de transição muitas vezes extenso, que combina ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos. Esse espaço não deixa, no entanto, de ser polarizado pela cidade”(p. 170).

Nesse contexto, o referido autor enfoca a necessidade de discutir a existência de dois espaços distintos, que tradicionalmente entende-se como campo, sendo eles o *espaço rural* e o *espaço agrícola*. Para o autor, a existência de um espaço agrícola refere-se exclusivamente ao desenvolvimento de atividades ligadas à agropecuária, enquanto que o espaço rural é um espaço em que coexistem tanto as atividades agropecuárias como as atividades e rendas não agrícolas.

Do ponto de vista econômico, o conceito de rural é irrelevante e a concretização do *continuum* entre o rural e o urbano é cada vez mais intenso devido ao crescimento e incorporação do urbano sobre o rural.

Guirro (2001) nos lembra que embora sejam espaços geográficos distintos, em que se configuram atores, agentes

sociais e uma infra-estrutura diferenciada, o espaço urbano e espaço rural são, como destacou Silva (1998), espaços interdependentes. E que a abordagem e a análise dicotômica entre os dois espaços está superada, não existindo mais uma separação definida entre o que é rural e o que é urbano. Diante desse contexto, podemos dizer que do ponto de vista geográfico, esses espaços possuem diferenças econômicas, culturais e sociais, em especial no uso do solo, na infra-estrutura, na prestação de serviços, no poder aquisitivo das classes sociais residentes em ambos, etc.

A EXPANSÃO URBANA SOBRE AS ÁREAS RURAIS NO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP

No cerne da discussão campo-cidade, o processo de incorporação do campo pelas áreas rurais constitui-se num ponto essencial para o entendimento das recentes mudanças entre o que podemos denominar de limite entre o espaço urbano e o rural. De acordo com Corrêa, Kruger Corrêa e Gerardi (2001) para os censos demográficos, as situações dos domicílios, sejam estes localizados em espaços rurais ou urbanos, são caracterizados e definidos pelo Código Tributário Nacional.

Nesse sentido, “na delimitação do urbano consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, incluindo as cidades, vilas ou às áreas rurais isoladas, desde que inclusas nos limites estabelecidos como urbanos por lei” (CORRÊA, KRUGER CORRÊA E GERARDI, 2001, p. 47).

No que se refere à delimitação do espaço rural, os mesmos autores apontam que neste espaço, “contemplam-se a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, incluindo os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos” (p. 47).

O limite entre o que se caracteriza o espaço urbano e o rural é uma tarefa importante, que segundo os referidos autores está a cargo das prefeituras locais realizarem e que um dos meios significativos para essa delimitação é a criação da Lei do Perímetro Urbano.

No caso do Município de Presidente Prudente, a Lei do Perímetro Urbano foi estabelecida em 1995. Para Mônica Kuraki¹- Secretária do Departamento de Planejamento da Prefeitura Municipal - esta lei foi criada como um meio de estabelecer critérios para um crescimento racional da malha urbana do município.

De acordo com a secretária, no Município de Presidente Prudente não se constrói ou mesmo se planeja a construção de loteamentos fora do perímetro urbano e sem conter a aceitação dos critérios adotados pela prefeitura. A secretária ainda afirmou que do ponto de vista dos tributos, a expansão da malha urbana parece primeiramente ser um fator importante para o Município. Por outro lado, a expansão desordenada, possibilita um crescimento sem controle e, que a principal tarefa desta Lei é direcionar e ordenar o crescimento da cidade para uma ocupação racional, sem danos à infra-estrutura local e ao meio ambiente.

Para a secretária, a malha urbana do Município de Presidente Prudente tem se expandindo significativamente, sobretudo para a área norte e sul do município. Para a secretária, esta expansão da malha urbana consiste num dos principais desencadeadores dos problemas urbanos e, que possui como principal característica a implantação de loteamentos e de condomínios de chácaras e casas, que na maioria dos casos, não possuem uma infra-estrutura local adequada.

Vale ressaltar que, somente a partir da década de 1970, a expansão urbana no município começou a se direcionar significativamente em direção a estas áreas - norte e sul -. Isso porque, anteriormente esta expansão se dava ao longo da Estrada de Ferro Sorocabana, no sentido leste-oeste do Município de Presidente Prudente.

Um outro ponto importante para se entender esta significativa expansão da malha urbana foi a especulação imobiliária ocorrida com a valorização de terras, em especial das áreas rurais próximas ao perímetro urbano.

Nesse sentido, Guirro (2001) destaca que “os Conjuntos Habitacionais em Presidente Prudente, foram todos, construídos em área contínua da mancha urbana de Presidente Prudente, e muito próximo à área rural” (p. 28).

Para o referido autor, esta expansão da malha urbana sobre as áreas rurais trouxe muitos problemas para os proprietários destas áreas, como aumento da violência, dos furtos e, que “a explicação mais adequada para esse fenômeno, é que a maioria dos Conjuntos Habitacionais, e a grande maioria dos seus habitantes, são pessoas de baixa renda que recebem entre 1 (um) e 3 (três) salários mínimos” (GUIRRO, 2001, p. 28).

Assim, enquanto que na porção sul do município esta expansão se deu de modo um pouco mais ordenado e controlado, na parte norte, a incorporação do campo pela cidade se deu de modo mais acentuado e irregular. Isso porque, o conjunto da infra-estrutura local criada na porção sul do município, como transporte coletivo, escolas, além da presença de condomínios fechados, da Rodovia Raposo Tavares e Assis Chateaubriand e do Aeroporto Estadual Adhemar de Barros favoreceram a valorização intensa destas áreas e uma conseqüente expansão da malha urbana sobre esta área.

No que se refere à porção norte, verificamos que a presença de bairros de classe média baixa e baixa é bastante significativa. Na maioria das vezes, são bairros que não possuem uma infra-estrutura local que atenda às necessidades dos moradores. As ruas, em sua maioria, não possuem asfalto, o que facilita o aparecimento de buracos, o crescimento do mato e a presença de entulhos às margens da Estrada Raimundo Maiolini, que corta a área de estudo no sentido sul-norte.

Um ponto característico da área norte e sul do município de Presidente Prudente é o intenso movimento pendular existente entre o meio rural e a zona urbana. Podemos destacar dois fatores que intensificam este movimento. Um primeiro, que de certa forma está relacionado ao fácil acesso à cidade através das estradas vicinais e, um segundo fator, relacionado

¹ Estas informações foram coletadas durante a realização de roteiro de entrevista junto à Prefeitura Municipal de Presidente Prudente no dia 23/01/2003

com o transporte coletivo da cidade, que possui linhas de ônibus e um tráfego intenso.

Vale destacar que esse intenso movimento pendular entre a porção norte e sul do município e a zona urbana do município, refere-se essencialmente ao fato de muitas pessoas trabalharem em locais situados no perímetro urbano, sobretudo os filhos dos produtores e também, ao fato desta área estar situada nas proximidades de Bairros que se estendem para além do limite urbano e, que possuem na maioria das vezes características precárias e uma infraestrutura excluída do limite do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste contexto, e a nova relação estabelecida com o território sobretudo, com o urbano, o espaço rural não deve ser mais associado ao atraso e muito menos como um espaço exclusivo de produção agropecuária. Isso porque, o meio rural constitui-se também num espaço de consumo e inserção de atividades não agrícolas, com destaque para o turismo rural.

Vale destacar que a expansão dessas atividades e a coexistência de uma incorporação do campo pela cidade, assim como a introdução de costumes, valores, empregos e serviços urbanos possibilitam, de certa forma, compreender que o campo e a cidade são espaços que, embora apresente características físicas, econômicas, culturais e sociais distintas, são interdependentes, articulados e que possuem inúmeras inter-relações entre si. No âmbito espacial, estas mudanças propiciaram o surgimento de espaços não tipicamente urbanos e rurais.

Para muitos autores, estes espaços caracterizam-se essencialmente pela multifuncionalidade do uso do solo; pela coexistência de atividades agropecuárias e não agrícolas por parte dos membros da família; e as famílias pluriativas, cuja principal característica constitui-se na combinação de rendas provindas das atividades desenvolvidas tanto no interior como de forma externa às propriedades.

Nesse sentido, o meio rural constituiu-se em *lôcus* de interesses múltiplos, sobretudo da esfera política, que diante deste complexo processo de mudanças, necessita entender que o meio

rural é um espaço de relações dinâmicas e não um espaço vinculado ao atraso e não desenvolvido.

E que, o único caminho para se realizar uma *revalorização* de um rural menos excludente e de oportunidades para quem nele vive é a formulação de políticas que viabilizem e intensifiquem a melhoria das condições econômicas das pequenas unidades, em particular a familiar, cuja principal dificuldade se encontra em sua reprodução social, enquanto principal forma de organização do trabalho no campo no Brasil e, em particular, no município de Presidente Prudente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A. e SOUZA, M. Multifuncionalidade dos espaços Rural e Urbano: reflexões iniciais. In: VELA, H. (org.) Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul. Universidade Santa Maria, 2003, p. 195 - 214.

ANDRADE, M. C. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. Boletim de Geografia Teórica. vol. 25, n. 49-50, 1995. p. 3 -13.

CORRÊA, J. M.; KRUGER CORRÊA, W. ; GERARDI, L. H. de O. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano – mudanças no espaço rural práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. Revista Geografia, Rio Claro, v. 26 (1), p. 37-58, abril. 2001.

GUIRRO, S. M. Inserção da Pequena Propriedade Rural no entorno da malha urbana de Presidente Prudente/SP: Pluriatividade e Agricultura Part-time. Pres. Prudente: FCT/Unesp, 2001a.132p (Monografia de Bacharelado em Geografia).

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. 2. ed. Campinas: Edit. Unicamp, 1999, (Coleção Pesquisas).

MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas In: DAMIANI, A. L. et. alii. O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001, p. 214 –220.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no RS. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, A. F. da. A Relação cidade-campo: como analisá-la? Natal: Imagem Gráfica Editora Ltda, 1998.

SINGER, P. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978, p. 31 – 95.